

MP dos salários tem cem propostas de alteração

Para o relator, da forma como está, o texto não será aprovado pelo Congresso Nacional

ROSANA DE CÁSSIA
e MARCOS MAGALHÃES

BRASÍLIA — Mais de cem sugestões de mudanças na medida provisória de desindexação dos salários foram encaminhadas por parlamentares ao relator da MP, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA). Ele admite que, da forma como está, a MP não será aprovada pelo Congresso Nacional. Mas já descartou acolher as propostas de gatilho salarial.

“Isso cria uma expectativa de inflação prejudicial ao plano de estabilização”, afirmou. O senador defende a preservação dos salários mais baixos, e pretende proteger o limite de até cinco mínimos, para a adoção de um novo critério de reajuste.

O senador admite a dificuldade de compreensão e interpretação da medida provisória. Por isso, em reunião ontem com o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, Coutinho Jorge pediu que a reedição da medida, no final deste mês, seja mais detalhada. Ele entende que o texto deve ser alterado para conter um mecanismo temporário ou permanente de proteção dos salários mais baixos. “Se o governo não mudar o texto, nós nos encarregaremos de fazê-lo”, anunciou. Uma possível solução, adiantou, seria a concessão a esses salários de um reajuste semelhante ao garantido ao mínimo.

Uma vez adotada, a política de proteção aos baixos salários poderia ter a duração de apenas um ano, para permitir uma transição mais suave em direção à livre negociação,

ou adotar um caráter permanente.

Coutinho Jorge prometeu estudar todas as emendas até a semana que vem. Mas, na verdade, elas precisarão ser novamente apresentadas em agosto, após a reedição da medida provisória prevista para o final deste mês. A tendência do governo é a de promover a votação da medida, pelo plenário do Congresso, na segunda quinzena de agosto. Caso esse cronograma seja mantido, o relator terá de analisar as novas emendas, que venham a ser apresentadas por deputados e senadores, para apresentar seu parecer em meados do mês que vem. Até lá, o governo deverá promover uma ampla negociação para obter a aprovação da medida.

Críticas — Para o presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Clésio Andrade, a MP é tímida e trata de forma diferente os setores da economia, liberando alguns e protegendo outros. “Deveria ser muito mais ampla”, afirma. A área em que o Governo mais avançou foi a salarial, mas, opina Andra-

de, manteve parcialmente as proteções para o Tesouro Nacional e o sistema financeiro. “A MP é parcial. Ampla no salário, avança um pouco nos aluguéis e Ufir e nada no sistema financeiro”, resume.

Já para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a MP é “extremamente prejudicial aos interesses dos trabalhadores”. O governo criou um tipo de “âncora salarial”, dificultando ao máximo aumentos reais. Além disso, a obrigatoriedade de as negociações serem por empresa é uma maneira, segundo a Contag, de quebrar a unidade do movimento sindical e dar vantagem às empresas.

■ Colaborou Raul Pilati

O EFEITO NEGOCIAÇÃO

Características de acordos salariais



	Jul-Set/94	Nov/94	Dez/94	Jan/95	Mar/95	Mai/95
Total de acordos	14	22	9	7	9	8
Com aumento real	8	20	8	6	8	5
Com pré-antecipação	4	8*	-	-	2	-
Com indexação	2	-	1	2	-	2
Reajuste médio (IPC-r + resíduos %)	9,1	15,7	18,5	22,1	25,3	29,4
Aumento real médio (%)	3,6	4,8	6,1	4,6	6,2	10,0
Aumento médio nominal (%)	12,9	20,7	24,9	26,8	32,2	37,5

* 8 acordos firmados pelos Metalúrgicos de São Paulo e ABC, negociados separadamente e diferentes entre si.

Fonte: Borica Falar/Diêese



BRASIL REAL

SENADOR

QUER PRESERVAR

SALÁRIOS MAIS

BAIXOS